



Devemos saber ler os sinais do caso Thomas Cook

Por **Maria da Graça Carvalho** - 8 de novembro de 2019 - 15:29

Uma gigantesca operação para garantir o repatriamento de 600 mil turistas espalhados pelo mundo. Cerca de 22 mil postos de trabalho em risco, a maioria dos quais na Europa. Prejuízos elevados.

Só na região algarvia, de acordo com [estimativas conservadoras avançadas pela Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve \(AHETA\)](#), as perdas diretas terão ultrapassado os 18 milhões de euros entre julho e setembro.

Números indicativos de que a falência da Thomas Cook não foi apenas o colapso de um grande operador, o mais antigo do mundo em atividade nesta área.

Foi também um sinal de alerta que obriga legisladores, empresas, instâncias europeias, governos nacionais e poder local a avaliarem se estão a fazer tudo o que podem para proteger um sector que representa 4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) da União Europeia. E que é de crucial importância para a economia de vários estados-membros, Portugal incluído.

Sem alarmismos. No balanço provisório deste caso há até alguns indicadores positivos. No que respeita à defesa dos consumidores mais diretamente afetados, a legislação comunitária, em particular a *EU Package Travel Directive*, aprovada em

2015, permitiu evitar males maiores, assegurando as férias ou compensação adequada aos que tinham adquirido «pacotes» de viagens com voo e estadia.

Mas devemos também estar conscientes de que nem tudo correu bem. Uma empresa líder de mercado, considerada por muitos «too big to fail», entrou em absoluto colapso com pouco ou nenhum aviso prévio por parte das entidades que deveriam supervisionar a sua atuação.

A Thomas Cook – que não era apenas uma intermediária, gerindo diretamente várias unidades hoteleiras e detendo uma companhia aérea subsidiária – viu mesmo o regulador aeronáutico britânico renovar-lhe a licença em junho deste ano, apenas três meses antes do encerramento abrupto de todas as suas atividades.

A existência de mecanismos que permitem dar resposta a este tipo de crises é essencial. Além da referida diretiva relativa aos «pacotes» de viagens, existem instrumentos como o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização que poderão ser utilizados face a outras ameaças ao turismo europeu, desde a concorrência de novos destinos aos ainda incertos efeitos do Brexit.

Mas é igualmente importante assegurar a articulação entre supervisores nacionais e internacionais porque, em particular no turismo, quando alguma coisa corre mal as consequências raramente se circunscrevem a um país.

Há outras lições que devem ser retiradas. Nomeadamente o risco que constitui depender em demasia de um único sector.

O Algarve tem demonstrado – e voltou a fazê-lo neste caso – que é resiliente e tem capacidade de adaptação perante as flutuações no mercado turístico. Mas talvez possa fazer mais ao nível das estratégias de médio e longo prazo para diversificar as suas fontes de rendimento.

A região tem um enorme potencial de valorização em termos de inovação científica, nomeadamente em tudo o que respeita ao mar e às energias renováveis, para dar apenas dois exemplos.

Está estrategicamente localizada, à entrada do Mediterrâneo, podendo desempenhar um papel mais importante a vários níveis, do político ao comercial. E conta com condições naturais praticamente únicas, as quais, com um investimento em infraestruturas nas quais é ainda deficitária, nomeadamente na

Saúde e no digital, a tornariam ainda mais atrativa para quem trabalha em empresas e projetos internacionais e tem autonomia para fixar residência nos locais onde encontra melhor qualidade de vida.

As crises, por mais gasta que esta frase possa parecer, tendem mesmo a ser oportunidades de progresso. Porque nos obrigam a refletir.

Maria da Graça Carvalho | Eurodeputada do PSD, integra as Comissões Indústria, Investigação e Energia (ITRE), na qual é vice-coordenadora do grupo do Partido Popular Europeu, Mercado Interno e Proteção dos Consumidores (IMCO) e Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (FEMM). Das suas funções como eurodeputada faz ainda parte a defesa dos interesses das populações de diversos distritos do Sul de Portugal, nomeadamente Faro, Évora, Beja, Portalegre e Setúbal.